

**Cómo citar este trabajo:** Moreno, C.S. y Risk, E.N. (2026). Entre repressão e resistência: experiência de mulheres lésbicas adultas e idosas no Sudeste brasileiro. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 16, pp: 1-27. <https://doi.org/10.46661/relies.13222>

# Entre repressão e resistência: experiência de mulheres lésbicas adultas e idosas no Sudeste brasileiro

Between repression and resistance: the experience of adult and elderly lesbian women in Southeast Brazil

**Carolina Serrati Moreno**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
caarol.moreno@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9222-4102>

**Eduardo Name Risk**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
eduardorisk@ufscar.br  
<https://orcid.org/0000-0001-7290-2597>

**Recepción:** 30.03.2026

**Aceptación:** 03.06.2026

**Publicación:** 04.06.2026



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

## Resumo

O presente estudo teve por objetivo compreender como diferentes regimes político-morais moldaram as trajetórias de mulheres lésbicas com mais de 50 anos, no Brasil, articulando experiências vividas em contextos de repressão estatal, redemocratização, conquista de direitos e recrudescimento de discursos reacionários a partir dos anos 2010. Trata-se de pesquisa qualitativa, de delineamento transversal, com base na técnica história de vida. Foram realizadas de duas a quatro sessões de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas na íntegra, com sete lésbicas de dois grupos etários (52-55 anos e 64-77 anos). O material coletado foi analisado conforme Análise Temática Reflexiva. A análise demonstrou que os diferentes regimes político-morais não apenas condicionaram externamente as possibilidades de existência dessas mulheres, mas também produziram modos distintos de narrar a lesbianidade no cotidiano e de gerir a visibilidade em diferentes espaços da vida. Os resultados foram organizados em quatro eixos temático-interpretativos: regimes de invisibilidade e enquadramentos do medo; sociabilidade como prática de reconhecimento; clivagens geracionais na construção da identidade; e reativação contemporânea e continuidades traumáticas. Conclui-se que as clivagens geracionais identificadas não se explicam apenas pelo momento histórico vivido na juventude, mas pela articulação entre esse passado e o presente de cada grupo, e que a conquista de direitos formais não substituiu, para nenhum dos grupos, formas mais profundas de reconhecimento e pertencimento.

Palavras-chave: Lesbianidade; Trajetória de vida; Geração; Envelhecimento; Visibilidade lésbica.

## Abstract

The aim of this study was to understand how different political-moral regimes shaped the trajectories of lesbian women over 50 in Brazil, considering periods of intense state repression, re-democratization and rights-building processes, and contemporary conservative retrenchment. This is a qualitative, cross-sectional study based on the life story technique. Two to four semi-structured interviews were carried out, recorded and transcribed in full, with seven lesbians from two age groups (50-55 years and 64-77 years). The material collected was analyzed according to Reflective Thematic Analysis. The analysis demonstrated that different political-moral regimes not only externally conditioned the possibilities of existence for these women, but also produced distinct ways of narrating lesbianism in everyday life and managing visibility across different spaces. The results were organized into four thematic-interpretive axes: regimes of invisibility and frameworks of fear; sociability as a recognition practice; generational cleavages in identity construction; and contemporary reactivation and traumatic continuities. The conclusion is that the generational cleavages identified cannot be explained solely by the historical moment experienced in youth, but by the articulation between that past and the present of each group, and that the achievement of formal rights did not replace, for either group, deeper forms of recognition and belonging.

Keywords: Lesbianism; Life trajectories; Generation; Aging; Lesbian Visibility.

## 1 Introducción

As memórias de mulheres lésbicas mais velhas constituem registro histórico sistematicamente silenciado. Sua análise permite compreender como diferentes regimes político-morais moldaram não apenas as condições externas de existência, mas também os modos de narrar a identidade, o medo e a resistência ao longo do tempo. A preservação e análise dessas memórias, conforme apontam Rodrigues et al. (2021) e Silveira-Barbosa e Silveira de Oliveira (2023), desempenham papel crucial no combate ao apagamento histórico da existência lésbica e na construção de historiografia LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e outras diferenças de gênero e sexualidade) que desestabilize narrativas heteronormativas. Compreender essas histórias torna-se ainda mais relevante diante do recrudescimento de forças reacionárias que, capilarizadas pelas redes sociais desde meados dos anos 2010, têm atacado sistematicamente os direitos sexuais e reprodutivos conquistados nas últimas décadas (Quinalha, 2022, Risk et al., 2023).

Foucault (1976/2009) demonstra o caráter histórico e contingente da sexualidade, identificando como dispositivos discursivos estabeleceram regimes de verdade sobre o "normal" e o "patológico". Aplicado à questão lésbica, esse referencial permite compreender como as relações afetivo-sexuais entre mulheres foram historicamente constituídas não como objeto de criminalização explícita, mas de apagamento sistemático como estratégia de controle. Rich (2010) nomeia esse processo como heterossexualidade compulsória: conjunto de pressões sociais, econômicas e políticas que impõem às mulheres a heterossexualidade como destino. A existência lésbica é apagada da história ou catalogada como doença. Esse apagamento não constitui mera ausência documental, mas mecanismo ativo que nega referências históricas, modelos identitários e possibilidades de reconhecimento, produzindo profundos impactos na subjetividade e nas trajetórias de vida dessas mulheres.

A invisibilidade lésbica opera não apenas como ausência nos registros históricos, mas como forma específica de violência simbólica com profundos impactos psicossociais (Gimeno, 2005; Caproni Neto & Bicalho, 2017; Lima & Saldanha, 2020). Diferentemente da homossexualidade masculina, historicamente visibilizada – ainda que para ser criminalizada ou patologizada –, as relações afetivo-sexuais entre mulheres foram sistematicamente relegadas à inexistência dentro da lógica patriarcal que pressupõe a centralidade masculina até mesmo na dissidência sexual (Martins, 2021), negando a essas mulheres o acesso equitativo a direitos e políticas públicas, especialmente no campo da saúde (Silva & Gomes, 2021; Fernandes et al., 2018). No contexto brasileiro, esse apagamento estrutural produz condições específicas de vulnerabilização psicossocial (Lima & Saldanha, 2020; Dias et al., 2025), mas também gerou estratégias particulares de resistência e formação de redes de sociabilidade que precisam ser compreendidas em sua complexidade (Dantas, 2021; Roseno, 2022; Sanches, 2018; Souza & Chacham, 2023).

Apesar dessa invisibilidade, a produção acadêmica brasileira sobre lesbianidades tem se expandido, contemplando estudos históricos sobre movimentos lesbofeministas e repressão política (Fernandes, 2014; Ire et al., 2019; Quinalha, 2021; 2022), pesquisas sobre saúde e invisibilidade nos serviços de atenção básica (Silva & Gomes, 2021; Fernandes et al., 2018), análises sociológicas sobre redes de sociabilidade (Facchini & França, 2009; Souza & Chacham, 2023) e investigações sobre trajetórias de lésbicas mais velhas (Dantas, 2021; Sanches, 2018). Lacunas significativas

permanecem, no entanto, quanto à articulação entre contextos histórico-políticos e seus impactos psicossociais nas trajetórias de mulheres lésbicas de diferentes gerações.

No Brasil, contexto particular do presente estudo, a trajetória de mulheres lésbicas mais velhas articula-se a percurso histórico marcado por intensa transformação política e social. Esse período inclui a ditadura militar (1964-1985), regime autoritário no qual militares implementaram censura, perseguição política, tortura e assassinato de opositores. Conforme analisa Fico (2004), buscou-se implementar uma "utopia autoritária" que pretendia não apenas combater adversários políticos, mas também "sanear" moralmente a sociedade brasileira segundo valores cristãos conservadores. Esse projeto de controle moral incidiu de forma particular sobre as sexualidades dissidentes, configurando o que Quinalha (2021) denomina "política sexual hétero-militar", uma articulação entre autoritarismo político e normas de gênero e sexualidade que tornava a homossexualidade simultaneamente "subversiva" e "degenerada".

Esse período foi seguido pelo processo de redemocratização, no qual o movimento homossexual participou ativamente, inclusive na disputa pela inclusão do termo "orientação sexual" no artigo antidiscriminatório da Constituição Federal de 1988, sem êxito (Quinalha, 2021). O período pós-ditatorial não significou, no entanto, o fim das forças repressivas sobre as sexualidades dissidentes: a epidemia de HIVaids, cujo primeiro caso foi confirmado no Brasil em 1982, operou como vetor de repatologização das sexualidades dissidentes, com a associação preconceituosa do vírus a uma "peste gay" intensificando o estigma sobre lésbicas e homossexuais (Quinalha, 2022). Concomitantemente, o crescimento do campo religioso evangélico no espaço público e político brasileiro, a partir dos anos 1980, passou a ocupar o vácuo deixado pelo Estado autoritário com discursos moralizantes sobre família, sexualidade e gênero, processo que se aprofundaria nas décadas seguintes (Miskolci & Campana, 2017). As conquistas legislativas dos anos 2000 e 2010, expressivas em termos de direitos formais, conviveram com a persistência dessas forças e, mais recentemente, com o recrudescimento de discursos reacionários organizados com apoio de forças políticas, religiosas e empresárias (Quinalha, 2021; Rios, 2022; Miskolci & Balieiro, 2023).

Assim, a experiência brasileira insere-se em um contexto latino-americano mais amplo, marcado pelo histórico compartilhado de ditaduras cívico-militares na segunda metade do século XX e pela ameaça contemporânea de movimentos ultraconservadores que atacam sistematicamente os direitos das populações LGBTQIA+. Estudos sobre trajetórias de gays e lésbicas em outros países da região, como o Uruguai, demonstram padrões similares de estigmatização, resistência e transformação das condições de visibilidade ao longo das décadas (Martínez Rodas et al., 2024), evidenciando que os processos históricos analisados neste estudo não são exclusivamente brasileiros, ainda que assumam aqui configurações específicas. Esse contexto regional compartilhado oferece elementos relevantes para compreender como regimes político-repressivos moldaram não apenas possibilidades de existência, mas também formas de resistência e construção de memória coletiva para a comunidade LGBTQIA+.

Pollak (1989, 1992) conceitua as memórias de grupos dominados como memórias subterrâneas, que sobrevivem à margem das narrativas oficiais e permanecem silenciadas até que transformações políticas permitam sua emergência pública. Essas memórias subterrâneas persistem precisamente porque a memória não opera como arquivo fixo do passado, mas como trabalho permanente de reconstrução situado no presente: "lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje as experiências do passado" (Bosi, 1987, p. 17), reinventando o passado a partir das condições e das perguntas de cada momento histórico (Bosi, 2003). Para mulheres lésbicas, esse enquadramento opera duplamente: pelo apagamento sistemático de suas existências nos registros históricos e pela invalidação de suas experiências quando estas conseguem romper o silêncio.

Para Martín-Baró (1989, 2003), contextos de violência política produzem o denominado trauma psicossocial, conceito que desloca o sofrimento da esfera individual para reconhecer suas raízes estruturais. No caso brasileiro, as políticas de esquecimento que caracterizaram a transição democrática produziram, para mulheres lésbicas, camadas adicionais de silenciamento: a violência sofrida permaneceu frequentemente não reconhecida nem pelas narrativas oficiais sobre a ditadura e tampouco pelos próprios movimentos de direitos humanos (Kehl, 2010). Nesse sentido, narrativas orais constituem não apenas registro histórico, mas instrumento político de produção de presença frente ao apagamento (Rovai, 2020; Almeida, 2024).

Compreender esses impactos exige, no entanto, precisar como "experiência" é mobilizada nesta análise. Segundo Scott (1992), experiência não deve ser tratada como vivência subjetiva imediata ou dado pré-discursivo, mas como efeito de processos históricos e discursivos que constituem os sujeitos e produzem as condições do que pode ser vivido, narrado e reconhecido. Essa perspectiva articula-se diretamente à análise foucaultiana dos dispositivos de sexualidade: os regimes de verdade de cada época produzem não apenas normas externas, mas os próprios termos nos quais os sujeitos se reconhecem e narram a si mesmos (Foucault, 1976/2009). Butler (1990/2003) radicaliza esse argumento ao demonstrar que a identidade não preexiste às práticas discursivas que a constituem, mas é seu efeito, o que torna impossível tratar a experiência lésbica como dado anterior às condições históricas que a tornaram pensável ou impensável. Assim, analisar a experiência de mulheres lésbicas mais velhas significa examinar não o que elas viveram como dado imediato, mas como os regimes político-morais de cada período produziram as condições históricas nas quais determinadas formas de existir, narrar e reconhecer a lesbianidade tornaram-se possíveis ou impossíveis.

Esse enquadramento discursivo da experiência abre, contudo, uma tensão conceitual: a relação entre experiência, memória e identidade não é tratada de forma uniforme pela literatura apresentada neste estudo. Pollak (1989, 1992) analisa a identidade como algo que a memória coletiva sustenta e organiza: os grupos constroem e mantêm identidades compartilhadas por meio de narrativas que selecionam, silenciam e transmitem experiências ao longo do tempo. Foucault (1976/2009) e Butler (1990/2003), por sua vez, compreendem a identidade não como substância que a memória preserva, mas como efeito reiterado de práticas discursivas e performativas que a produzem sem nunca estabilizá-la definitivamente. O conceito de identidade é, portanto, operacionalizado de forma situada: refere-se às formas historicamente condicionadas pelas quais as participantes nomeiam e narram sua lesbianidade, sem pressupor que essa identidade seja essencial, estável ou anterior aos processos que a constituem.

Outra conceituação importante para este estudo é o de contexto geracional. Mannheim (1993) argumentou que o fenômeno geracional deve ser interpretado a partir da articulação entre tempo histórico, tempo social e compartilhamento de experiências: não basta pertencer ao mesmo período cronológico para constituir uma geração, é preciso ter vivenciado eventos históricos formativos em momentos específicos do curso de vida de modo que esses eventos produzam modos similares de interpretar o mundo e agir sobre ele. A partir dessa perspectiva, Domingues (2002) e Tomizaki (2010) desenvolveram abordagens que articulam coortes etárias, experiências vividas e conjuntura histórica como dimensões interdependentes na análise geracional. Assim, geração é mobilizada nesse sentido: não como faixa etária demográfica, mas como conjunto de condições históricas que, vivenciadas em momentos específicos do curso de vida, produziram modos distintos de construir identidade, gerir visibilidade e narrar a experiência lésbica (Pollak, 1989, 1992).

A técnica de história de vida, conforme discutido por Nogueira et al. (2017) e Costa e Holanda (2021), permite compreender essas experiências em relação aos discursos dominantes de cada

época, constituindo perspectiva metodológica que possibilita aos sujeitos tornarem-se protagonistas na produção de conhecimento sobre suas próprias trajetórias (Passeggi, 2021; Martínez Rodas et al., 2024).

O presente estudo teve por objetivo compreender como diferentes regimes político-morais moldaram as trajetórias de mulheres lésbicas com mais de 50 anos, no Brasil, articulando experiências vividas em contextos de repressão estatal, redemocratização, conquista de direitos e recrudescimento de discursos reacionários a partir dos anos 2010.

Argumenta-se que esses regimes não apenas condicionaram externamente as possibilidades de existência dessas mulheres, mas também produziram modos distintos de narrar a lesbianidade no cotidiano e de gerir a visibilidade em diferentes espaços da vida. A análise comparativa entre dois grupos geracionais (adultas de 52-55 anos e idosas de 64-77 anos) revela que essas diferenças não se explicam apenas pelo momento histórico vivido na juventude, mas pela articulação entre esse passado e o presente de cada grupo.

## **2 Metodologia**

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa de delineamento transversal fundamentada na técnica de história de vida. Segundo Nogueira et al. (2017), esta técnica consiste na realização de entrevistas não diretivas nas quais a pesquisadora escuta a trajetória de vida da participante, sendo esta não apenas "objeto" da pesquisa, mas partícipe ativa do processo de construção do conhecimento. Essa perspectiva, caracterizada por seu caráter dialógico e reflexivo (Costa & Holanda, 2021), mostra-se particularmente relevante para o estudo de trajetórias de mulheres lésbicas mais velhas, cujas experiências foram historicamente silenciadas e apagadas, pois demandam abordagens que reconheçam sua agência e centralidade na produção do conhecimento. Passeggi (2021) enfatiza que o poder transformador da narrativa reside na possibilidade de dar sentido ao que antes não tinha e, ao ordenar narrativamente os acontecimentos, (re)construir outra versão de si e de sua formação.

### **2.1 Participantes**

O estudo foi realizado com sete participantes que se identificam como mulheres e lésbicas, todas residentes em metrópoles do Sudeste brasileiro, recrutadas por meio de divulgação em redes sociais e em grupos e organizações voltados ao público LGBTQIA+ com mais de 50 anos. As participantes foram divididas em dois grupos: (a) adultas — três participantes, com idades entre 52 e 55 anos; (b) idosas — quatro participantes, com idades entre 64 e 77 anos. Essa divisão foi proposta com base nas divisões etárias do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e nas discussões sobre gerações descritas por Tomizaki (2010), Domingues (2002) e Sarmento (2005), articuladas com a perspectiva de Mannheim (1993) sobre geração como fenômeno que combina posição etária, experiência histórica compartilhada e conjuntura política. A hipótese que orientou o recorte é a de que os dois grupos vivenciaram regimes de socialização política distintos em momentos formativos específicos do curso de vida: as participantes idosas construíram suas trajetórias sob a ditadura militar e seus dispositivos de repressão às sexualidades dissidentes, enquanto as adultas vivenciaram seu processo formativo no período de redemocratização e de conquistas legislativas progressistas. Essa diferença não é apenas cronológica, mas constitutiva dos modos como cada grupo pôde nomear, narrar e gerir sua lesbianidade ao longo da vida.

Tabela 1. Dados sociodemográficos das participantes

NOME FICTÍCIO	IDADE (ANOS)	COR/RAÇA AUTODECLARADA	ESTADO CIVIL	RENDA (EM SALÁRIO-MÍNIMO)	ESCOLARIDADE	FORMAÇÃO	OCUPAÇÃO	GRUPO
Idosa Atrevida	71	Preta	Viúva	6 a 8	Ensino Superior	Pedagoga	Aposentada	Idosas
Maria	73	Branca	Casada	6 a 8	Ensino Médio	Técnica de Enfermagem	Aposentada	Idosas
Catarina	77	Parda	Casada	6 a 8	Ensino Médio	Técnica de Enfermagem	Aposentada	Idosas
Bebel	64	Branca	Solteira	1 a 2	Ensino Médio	—	Aposentada	Idosas
Rafaela	52	Branca	Divorciada	1 a 2	Ensino Superior	Psicóloga e Bacharel em Direito	Agente de Apoio Administrativo	Adultas
Renata	53	Branca	Divorciada	5 a 6	Ensino Superior	Psicóloga	Educadora Social	Adultas
Carla	55	Branca	Casada	10 ou mais	Pós-Graduação	Jornalista	Docente	Adultas

Além do recorte etário, o perfil racial (maioria das participantes autodeclaradas brancas) e a predominância de mulheres pertencentes às classes médias urbanas merece ser explicitado como dado analítico e não apenas descritivo. Das sete participantes, seis se autodeclararam brancas ou pardas e apenas uma se autodeclarou preta. Esse perfil não resulta exclusivamente de limitações no processo de recrutamento: reflete configuração histórica mais ampla dos espaços de sociabilidade e organização lésbica estudados. Os espaços de sociabilidade lésbica paulistana dos anos 1970 e 1980 eram atravessados por relações de poder que segmentavam suas frequentadoras por raça e classe, com lésbicas negras e de classes populares ocupando espaços de menor prestígio e visibilidade (Facchini & França, 2009; Ire et al., 2019). Da mesma forma, o movimento lésbico feminista organizado desse período foi marcado pela predominância de mulheres brancas e de classe média, com as trajetórias de lésbicas negras permanecendo invisibilizadas tanto nos

movimentos sociais quanto na produção acadêmica da época (Nogueira, 2021). Esse condicionamento histórico determinou quais memórias coletivas foram produzidas, transmitidas e tornaram-se acessíveis à pesquisa, de modo que o recorte racial da amostra é, em parte, expressão do próprio apagamento que o presente estudo busca combater. A análise interseccional de raça, classe, geração e sexualidade nas trajetórias de mulheres lésbicas mais velhas permanece, por isso, como agenda prioritária para pesquisas futuras (Collins & Bilge, 2015; Crenshaw, 2002).

As participantes pertencentes ao grupo idosas vivenciaram sua juventude e início da vida adulta, no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), tendo suas primeiras experiências de sociabilidade lésbica em espaços marcados pela repressão política e moral. Idosa Atrevida (71 anos, preta, aposentada), pedagoga de formação, engravidou jovem e casou-se com o pai de sua filha, compreendendo o que sentia por mulheres como atração apenas na vida adulta. Participou ativamente de movimentos sociais ligados à igreja católica progressista e vivenciou as greves dos metalúrgicos no ABC Paulista. Maria (73 anos, branca, casada) e Catarina (77 anos, parda, casada), ambas técnicas de enfermagem aposentadas, são casadas entre si e frequentavam os espaços de sociabilidade lésbica do centro de São Paulo-SP, como o Ferro's Bar e a Boate Perepepe. Bebel (64 anos, branca, solteira, aposentada) compartilha memórias desses mesmos espaços e dos episódios de violência policial que marcaram aquele período.

Já as participantes pertencentes ao grupo adultas vivenciaram sua adolescência e juventude no período de redemocratização do país, década de 1980 e início dos anos 1990, contexto marcado pela promulgação da Constituição de 1988 e por avanços nos direitos civis. Rafaela (52 anos, branca, divorciada), psicóloga e bacharel em Direito, sofreu diversas violências de origem familiar e religiosa, incluindo uma tentativa de "cura gay". Renata (53 anos, branca, divorciada), psicóloga e educadora social, compreendeu sua sexualidade no período da faculdade, após se relacionar com homens e mulheres, tendo realizado o projeto de maternidade com sua ex-esposa. Carla (55 anos, branca, casada), jornalista, pós-graduada e docente, engajou-se politicamente desde a adolescência, compreendeu sua lesbianidade nesse período e construiu progressivamente seu espaço de existência ao lado de sua esposa e filha.

## **2.2 Instrumentos**

Foram utilizados: (a) questionário sociodemográfico, para coleta de dados sobre idade, cor/raça autodeclarada, estado civil, renda, escolaridade, formação e ocupação; (b) roteiro temático, utilizado de forma flexível para nortear as entrevistas semiestruturadas, respeitando o fluxo narrativo de cada participante e permitindo o aprofundamento de temas emergentes (Nogueira et al., 2017); (c) métodos visuais/fotografias, propostos como estratégia de associação de memórias e aprofundamento narrativo: as participantes foram convidadas a escolher fotografias referentes a importantes fatos/eventos de suas vidas a fim de apresentá-las à pesquisadora durante as sessões de entrevista. As fotografias escolhidas constituíram recurso associativo para memória e para facilitação da entrevista, no entanto, não foram analisadas de forma específica.

## **2.3 Análise de dados**

A análise dos dados ocorreu a partir dos princípios da Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2021), compatível com a técnica de história de vida por reconhecer o papel ativo do/a pesquisador/a na construção interpretativa e valorizar a reflexividade como elemento constitutivo do processo analítico.

A compatibilidade entre essa técnica de análise e a técnica de história de vida, neste estudo, não é apenas procedimental, é epistemológica. As narrativas produzidas nas entrevistas não foram

tratadas como acesso direto à experiência vivida, mas como enunciados situados historicamente, cujas condições de possibilidade são inseparáveis dos regimes discursivos de cada época. Conforme argumenta Foucault (1976/2009), os discursos não descrevem a realidade, mas produzem os termos nos quais ela pode ser reconhecida, nomeada e narrada. Aplicado ao campo da sexualidade, esse princípio implica que o que cada participante pode dizer sobre sua lesbianidade depende, em parte, do que os regimes político-morais de sua época tornaram dizível ou indizível. Nesse sentido, o material narrativo coletado foi analisado considerando que a memória opera como trabalho de reconstrução situado no presente (Bosi, 1987, 2003), atravessado pelos silêncios e contenções que contextos de intensa repressão política tendem a produzir (Pollak, 1989). A análise temática reflexiva, ao reconhecer o papel ativo do/a pesquisador/a na construção interpretativa, mostrou-se compatível com essa perspectiva: os eixos temáticos construídos não pretendem refletir temas que emergiriam naturalmente dos dados, mas articulações analíticas entre as narrativas produzidas e os processos históricos e discursivos que as tornaram possíveis.

Nesse quadro, cada eixo temático foi construído para capturar uma dimensão específica da articulação entre acontecimento político coletivo e produção de condições de subjetividade: o objetivo analítico não era descrever o que as participantes viveram, mas examinar como os regimes político-morais de cada período tornaram determinadas formas de existir, narrar e reconhecer a lesbianidade historicamente possíveis ou impossíveis para cada grupo geracional.

Para tal análise, foram seguidas as seis fases propostas por Braun e Clarke (2021): (a) Familiarização com o conjunto de dados; (b) Codificação sistemática; (c) Geração de temas iniciais; (d) Desenvolvimento e revisão de temas; (e) Refinamento, definição e nomeação de temas; (f) Redação final. Como ferramenta de apoio para a organização dos códigos e temas foi utilizado o software Atlas.ti (versão 9).

A partir dos pressupostos da metodologia da história de vida e de indicadores de qualidade em pesquisas qualitativas, foi realizado processo de validação das análises com as participantes: a análise dos resultados foi apresentada para cada participante que, por sua vez, pôde apreciá-la e apresentar sugestões de modificação. Este processo dialógico não apenas fortaleceu o rigor metodológico da pesquisa como também garantiu que as interpretações construídas respeitassem as perspectivas das mulheres entrevistadas.

## **2.4 Cuidados éticos**

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (CAAE No.: 69382723.2.0000.5504). A coleta e a análise dos dados seguiram os procedimentos éticos de respeito aos participantes segundo a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016) que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para garantir a confidencialidade e proteger suas identidades, foram adotados nomes fictícios escolhidos pelas próprias participantes ou em comum acordo com a pesquisadora.

## **3 Resultados e Discussão**

Os resultados são apresentados em quatro eixos temático-interpretativos: regimes de invisibilidade e enquadramentos do medo; sociabilidade como prática de reconhecimento; clivagens geracionais na construção da identidade; e reacionarismo e continuidades traumáticas.

A construção desses eixos não seguiu uma lógica de temas que “emergiram” espontaneamente das narrativas, mas resultou de processo analítico orientado pelo quadro teórico descrito nas seções anteriores. O que os organiza é um processo único: o modo pelo qual regimes político-morais coletivos (a ditadura, a redemocratização, o conservadorismo contemporâneo) produziram, para

cada geração, as condições históricas nas quais determinadas formas de ser lésbica, de se nomear e de sustentar isso cotidianamente tornaram-se possíveis, improváveis ou impossíveis. Cada eixo captura uma dimensão desse processo: o medo como efeito de dispositivos de controle historicamente situados; o pertencimento como prática de reconhecimento construída em condições de visibilidade restrita; a identidade como processo condicionado pelo que cada período histórico tornava nomeável; e a reativação traumática como forma pela qual o passado repressivo se inscreve no presente. Analisá-las separadamente é recurso de organização argumentativa, não separação substantiva.

### 3.1 Regimes de invisibilidade e enquadramentos do medo

O primeiro eixo temático examina como diferentes regimes político-morais produziram estruturas específicas de medo e invisibilidade que se inscreveram de forma distinta nas narrativas de cada grupo geracional. Para as participantes idosas, que vivenciaram sua juventude e início da vida adulta durante a ditadura militar (1964-1985), esse período não foi apenas um contexto político distante, mas uma realidade cotidiana que moldou profundamente suas possibilidades de existir, circular, relacionar-se e construir identidades, tanto por meio da repressão velada (censura, estigmatização e invisibilização) quanto por meio da violência policial institucionalizada contra espaços de sociabilidade lésbica (Ire et al., 2019; Souza & Chacham, 2023).

A análise das narrativas dessas mulheres revela, no entanto, que o medo produzido por esse contexto não é narrado de forma uniforme: ele assume estruturas distintas conforme o grupo geracional e, mesmo dentro do grupo de idosas, conforme a posição de cada sujeito diante do evento memorado. Essa variação não representa ruído narrativo, ela é, em si mesma, dado analítico sobre como diferentes posições de sujeito (política, sexual, de classe, de geração) produzem enquadramentos distintos de uma violência que era, ao mesmo tempo, coletiva e singularmente vivida.

Maria, então com 17 anos, em 1968, participou de movimentos estudantis e da igreja católica progressista contra o regime militar na cidade de São Paulo-SP. Sua narrativa revela a complexidade de habitar múltiplas posições de dissidência simultaneamente (política e sexual) ainda que, naquele momento, sua identidade lésbica não estivesse plenamente articulada:

Nessa época eu trabalhava aqui na Galeria 24, da Galeria do Rock. Eu trabalhei lá por uns cinco anos, que foi mais ou menos a época da ditadura. E assim, naquela época eu não tinha me definido, mas eu gostava muito de política. Bom, graças a Deus eu não fui presa, porque não era para ser, porque a gente quando tinha passeata, que o pessoal subia a Consolação, eu estava junto [...]. A gente estava sempre no meio do pensamento da igreja e o pessoal falava: "Ó gente, se parecer alguém aqui que a gente desconfia". (Maria, 73 anos, grupo idosas)

A fala de Maria evidencia como a repressão política operava através da vigilância cotidiana ("se aparecer alguém aqui que a gente desconfia"), produzindo um clima permanente de suspeita e medo. O alívio manifestado em "graças a Deus eu não fui presa" não é apenas índice de um perigo real e constante, é também uma operação subjetiva específica: o medo é reconhecido pela possibilidade de sua ocorrência, não pela sua materialização. Narrar o que não aconteceu como forma de descrever o que poderia ter acontecido constitui modo particular de enquadrar a violência, que Pollak (1989) associa às "zonas de sombra" presentes nas memórias de períodos repressivos: experiências traumáticas não plenamente elaboradas que persistem sob a forma de silêncios e contenções narrativas. É significativo que Maria situe esse período como anterior à sua "definição" como lésbica: a constituição de uma identidade sexual dissidente demandava condições de possibilidade que o contexto repressivo dificultava profundamente, entre elas os vocabulários

disponíveis para nomear o que sentia e os espaços de reconhecimento que tornavam essa nomeação socialmente inteligível.

Idosa Atrevida, ao rememorar os riscos de circular pela cidade com sua companheira, apresenta estrutura narrativa que ecoa a de Maria, mas com uma camada adicional: diferentemente de Maria, ela vivia uma relação com uma mulher naquele período, o que significa que o medo era duplamente dirigido, como possível opositora política e como lésbica no espaço público. É sob esse duplo endereçamento que ela afirma: "porque na rua você não podia pegar na mão. Se hoje tem violência, naquele tempo era pior". A comparação temporal não é apenas informação histórica, é uma operação de naturalização retrospectiva da violência sofrida: dizer que "era pior" implica aceitar aquela vivência como parte inevitável de uma gradação, esvaziando-a parcialmente de seu caráter de violação. Foucault (1976/2009) analisa esse mecanismo como dispositivo disciplinar que produz subjetividades marcadas pelo medo, pela autocensura e pela cisão entre espaços públicos (onde é preciso ocultar) e privados (onde eventualmente pode-se existir). A naturalização da violência, nesse sentido, não é distorção cognitiva: é efeito de uma socialização que ensinou a essas mulheres a medir sua própria opressão em escala comparativa e não como violação de direitos.

Esse medo não se restringiu ao espaço público nem permaneceu apenas no passado. Bebel revela que o ocultamento familiar persiste até o presente: "Minha irmã não aceitaria não, porque ela acha que isso é uma doença". A estrutura do armário, conforme analisa Sedgwick (2007), impõe um dilema contínuo entre a exposição, com seus riscos de discriminação e ruptura de vínculos, e a ocultação, com seu custo em sofrimento e afastamento relacional. Para Bebel, esse dilema não é memória da ditadura: é realidade cotidiana que atravessa décadas. O medo, para as idosas, tem, portanto, duas temporalidades simultâneas: o passado rememorado com contenção e o presente vivido com cautela contínua.

O contraste com a narrativa de Bebel sobre o período ditatorial é analiticamente significativo. Enquanto Maria e Idosa Atrevida narram o medo de forma contida, através do que não aconteceu ou do que poderia ter sido pior, Bebel descreve com precisão descritiva a violência policial sofrida diretamente:

A polícia vinha e descia o cacete, batia mesmo nas pessoas, vinham batendo lá na Augusta, que antigamente era onde ficavam as travestis, eles passavam ali no Ferro's e faziam "limpeza", levava tudo, apanhava, tinha meninas que eram levadas para dentro da delegacia, apanhavam. Eu fui junto uma vez, presa, mas graças a Deus que bem que não aconteceu nada. (Bebel, 64 anos, grupo idosas)

A repetição do verbo "apanhar" enfatiza a sistematicidade da violência: não se tratava de casos isolados, mas de prática institucionalizada. Bebel não narra a violência como experiência individual, ela a narra como experiência coletiva ("levava tudo", "tinha meninas que eram levadas", "apanhavam"), situando-a como vivência de grupo, o que corresponde ao que Martín-Baró (198) denomina trauma psicossocial: marcas não apenas individuais, mas coletivas, que afetam a construção identitária e as possibilidades de existência de todo um grupo social. O alívio final ecoa estruturalmente o de Maria, mas com peso específico diferente: Bebel foi presa, e o que "não aconteceu" são as violências físicas, sexuais e psicológicas rotineiras em delegacias brasileiras durante a ditadura. A expressão de alívio, nesse caso, não é contenção narrativa, é consciência direta e incorporada do que estava em jogo.

A violência, no entanto, não operou apenas de fora para dentro, através da repressão estatal e da lesbofobia social. Ela também se constituiu internamente, sob a forma do estigma internalizado, a incorporação dos critérios normativos da sociedade que rejeita como critérios de julgamento de si mesmo (Pistella et al., 2022). Maria descreve essa dimensão ao rememorar seu primeiro

relacionamento romântico com uma mulher: "No começo a gente procurou até se afastar, porque nenhuma das duas aceitava, entende? Achava que a gente estava em pecado". As religiões cristãs produziram historicamente a homossexualidade como algo "não divino, portanto, antinatural" (Cuba, 2018), impactando as vivências de forma generalizada (Souza & Souza, 2020). Para Maria, o medo não era apenas externo, era também o medo de si mesma, de um desejo que aprendera a reconhecer como desvio. Esse estigma internalizado constitui dimensão específica da violência lesbofóbica que se soma, sem se confundir, com a repressão estatal e familiar.

Se nas narrativas das idosas o medo aparece narrado com contenção, naturalização ou enquadrado como experiência do passado (ainda que com marcas presentes), nas narrativas das adultas ele assume estrutura qualitativamente distinta: aparece como algo poroso ao presente, capaz de ser reativado por discursos políticos e dinâmicas relacionais ainda em curso. As violências a que as adultas foram expostas não ocorreram predominantemente no espaço público da repressão estatal ditatorial (como nas idosas), mas no espaço privado das relações familiares e religiosas. A violência lesbofóbica, conforme apontam Karpinski & Santos (2019), configura-se como violência de gênero interseccionada pela orientação sexual, e seus registros no Brasil cresceram 50% entre 2015 e 2022 (Firmino & Matias, 2024), sendo o ambiente familiar uma de suas expressões mais frequentes. Para Rafaela, essa violência assumiu forma institucionalizada pela religião:

Quando na minha adolescência eu estava tendo um relacionamento com a irmãzinha da igreja [...] E aí houve essa história de me levarem para o Vale da Bênção, um bairro inteiro de crente, missionário. Então tem alguns lugares que você se interna e fica lá uma semana, numa hospedaria com pessoas crentes, lógico, onde tem salas de orações, você entra na sala, você chora, você braveja com Deus e fala tudo que você quer, ali você fica, entendeu, num isolamento de retiro espiritual, para você se expurgar dos seus pecados. Eu fui lá para tentar, diante da cura gay, lá, mudar as minhas orientações sexuais. (Rafaela, 52 anos, grupo adultas)

A chamada "cura gay", prática que busca suprimir ou modificar a orientação sexual de pessoas LGBTQIA+ a partir de pressupostos religiosos ou pseudocientíficos, foi vivida por Rafaela corporalmente na adolescência, como experiência de confinamento e expurgação. É a partir dessa ancoragem biográfica que se torna possível compreender o mecanismo de reativação descrito por ela ao falar do governo Bolsonaro:

Ah, a relação com a minha mãe tava boa antes do Bolsonaro, dentro da normalidade. Ela é evangélica, eu não sou. Mas quando voltou à palavra Cura Gay pela influência do Bolsonaro, eu fiquei muito magoada, porque aí vêm memórias, gatilhos daquilo que tudo que você passou [...] então, até hoje a gente não se fala (ela e a irmã), eu nunca mais fui na casa dela, e depois dessa história de Bolsonaro aí, acho que potencializou muita coisa, e aí eu não converso com ela, não quero ver ela, por causa da homofobia. (Rafaela, 52 anos, grupo adultas)

O verbo escolhido por Rafaela é preciso: ela não diz que Bolsonaro inventou a cura gay, ela diz que ela voltou. Jair Bolsonaro, presidente do Brasil entre 2019 e 2022, construiu sua trajetória política sobre discurso abertamente contrário aos direitos da população LGBTQIA+, e sua eleição foi acompanhada de aumento verificável na violência contra esse grupo (os casos de lesões corporais saltaram de 542 em 2018 para 1.719 em 2021) (IPEA & FBSP, 2024). Para Rafaela, no entanto, o impacto se deu no interior das relações familiares: o discurso político não criou a lesbofobia de sua família, mas forneceu vocabulário e legitimação renovados para que ela se explicitasse novamente, acessando a memória do confinamento religioso. O mecanismo descrito ("vêm memórias, gatilhos") é o que Kehl (2010) identifica como tendência à repetição do trauma não simbolizado: o presente não inaugura uma violência nova, ele acessa uma ferida que nunca foi plenamente elaborada.

A análise comparativa dos enquadramentos do medo nos dois grupos revela, portanto, não apenas diferenças de intensidade ou de contexto histórico, mas diferenças na própria estrutura narrativa. As idosas narram o medo através da contenção, do alívio pelo que não aconteceu, da comparação que naturaliza retrospectivamente a violência e do ocultamento que persiste como cautela cotidiana. As adultas narram o medo como algo poroso ao presente, reativado por discursos políticos que acessam feridas biográficas específicas e por dinâmicas relacionais ainda em processo de elaboração. Essa distinção reflete a articulação entre o passado vivido na juventude e o momento presente de cada grupo, dimensão que se aprofunda nas seções seguintes.

### 3.2 Sociabilidade como prática de reconhecimento

O segundo eixo temático examina como os espaços de sociabilidade funcionaram como territórios de reconhecimento existencial e como a transformação desses espaços ao longo das décadas produziu formas distintas de pertencimento para cada grupo geracional. A análise das narrativas das participantes revela que os espaços de sociabilidade desempenharam, e continuam desempenhando, função que vai além da socialização: eles operaram como territórios de reconhecimento existencial, onde era possível perceber-se não como "doente" ou "desviante", mas como parte de uma coletividade legítima. Essa função, no entanto, não se realizou da mesma forma em todos os períodos nem para todos os grupos. A natureza dos espaços de pertencimento mudou substantivamente ao longo das décadas, de espontâneos e geograficamente concentrados para ativamente construídos e dispersos, e essa transformação é vivida e narrada de formas distintas pelos dois grupos geracionais.

Os espaços de sociabilidade lésbica na região central de São Paulo, como o Ferro's Bar, na Bela Vista, e a Boate Perepepe, constituíam territórios fundamentais onde essas mulheres conseguiam se encontrar com outras lésbicas, tanto para estabelecer relações romântico-sexuais quanto para construir redes de amizade e apoio mútuo. Esses locais faziam parte do que Ire et al. (2019) denominam "Via Sacra" da sociabilidade lésbica paulistana nos anos 1970 e 1980, concentrados na região central da cidade, especialmente na Rua Augusta. É significativo que todas as quatro participantes idosas rememorem esses mesmos espaços como marcos de pertencimento. Essa convergência não é apenas coincidência geográfica: ela indica a constituição de uma memória coletiva geracional em torno de territórios que funcionaram como pontos de ancoragem identitária compartilhada. Pollak (1992) argumenta que a memória coletiva se organiza em torno de lugares, pessoas e acontecimentos que um grupo reconhece como seus, e esses espaços de sociabilidade lésbica paulistana cumpriram exatamente essa função para as idosas deste estudo.

Para Bebel, a experiência de frequentar esses lugares teve significado especialmente transformador em sua construção identitária:

Porque naquela época você ia na boate e fazia amigos, você tinha amizade e pessoas honestas. Você podia até conhecer lá, você podia até levar para casa. (Bebel, 64 anos, grupo idosas)

A escolha do termo "pessoas honestas" é analiticamente reveladora em sua dupla função. Por um lado, ela designa o reconhecimento existencial que aqueles espaços ofereciam: em um contexto no qual a lesbianidade precisava ser ocultada na maioria dos espaços da vida cotidiana (o trabalho, a família, a rua), "honestidade" nomeia a possibilidade de existir sem disfarce, de ser reconhecida pelo que se é sem o custo do ocultamento. Por outro lado, a expressão carrega um contraste implícito com o presente: Bebel não se sente igualmente segura para conhecer pessoas nos espaços contemporâneos da mesma forma que naqueles. O que se perdeu, em sua perspectiva, não é apenas o espaço físico, mas a qualidade específica do vínculo que aquele espaço tornava possível,

um vínculo fundado no reconhecimento mútuo imediato, sem a necessidade de negociação prévia da própria identidade. Esses espaços funcionavam, nesse sentido, como territórios de desalienação coletiva, no sentido que Martín-Baró (1989) atribui à desalienação como processo de recuperação crítica da experiência original de grupos oprimidos, territórios onde se tornava possível questionar e ressignificar identidades impostas pela ordem social dominante. Bebel vivenciou sua juventude sob a marca oficial de "doença" (a homossexualidade foi retirada da lista de doenças do Conselho Federal de Medicina brasileiro apenas em 1985, e da Organização Mundial da Saúde em 1990) (Quinalha, 2022), o que conferia às lésbicas não apenas estigma social, mas também justificativa "científica" para violências institucionais. Nesses espaços, essa marca podia ser provisoriamente suspensa.

Entretanto, essa concentração espacial, ao mesmo tempo que possibilitava encontros e construção de redes de apoio, tornava a população lésbica mais vulnerável à vigilância e violência policial. As chamadas "operações de limpeza", termo que por si só revela o caráter higienista e desumanizador da repressão, visavam literalmente "limpar" as ruas de corpos considerados abjetos: travestis, lésbicas, gays, prostitutas. O espaço de reconhecimento e o espaço de risco eram, portanto, o mesmo espaço, condição que impunha às frequentadoras uma negociação permanente entre visibilidade e vulnerabilidade que não tinha equivalente nos espaços heterossexuais.

Paralelamente a esses espaços comerciais, formas organizadas de resistência coexistiam com a construção identitária das participantes. A participação de lésbicas em grupos mistos foi marcada por tensões: a misoginia presente entre homens gays e a invisibilização de pautas específicas das mulheres levaram à criação de espaços autônomos, como o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) e a publicação do Boletim Chanacomchana (1981-1987), que abordava censura, repressão e apagamento lésbico (Ire et al., 2019; Martins, 2021). O GALF surgiu em São Paulo no início dos anos 1980, num momento em que a abertura política gradual permitia algumas formas de organização que haviam sido impossíveis durante os anos mais duros da ditadura, mas em que a repressão moral às sexualidades dissidentes permanecia intensa (Fernandes, 2014). Esses espaços organizativos constituíam formas de sociabilidade política que operavam em registro diferente dos bares e boates: enquanto estes ofereciam reconhecimento existencial espontâneo, os coletivos ofereciam reconhecimento político articulado, a possibilidade de nomear coletivamente a opressão e organizar respostas a ela.

Idosa Atrevida, que participava de organizações sociais ligadas à igreja católica progressista, ilustra como diferentes formas de sociabilidade e resistência coexistiam e se entrelaçavam em sua trajetória. Sua participação nas greves dos metalúrgicos no ABC Paulista, região industrial que se tornou epicentro da resistência operária ao regime militar, revela como a sociabilidade política de base classista constituía também espaço de construção de si:

E aí começou a ter muita greve lá, em Santo André, São Bernardo, principalmente em São Bernardo, que tinha metalúrgica e onde o Lula era o presidente do sindicato. E ali que eles faziam greve a gente ia para ajudar, para levar comida, levar por causa da família, porque eles ficavam mais de um mês. (Idosa Atrevida, 71 anos, grupo idosas)

As greves do ABC, ocorridas entre 1978 e 1980, foram momentos decisivos de reorganização da classe trabalhadora brasileira no final da ditadura, consolidando lideranças que seriam centrais na redemocratização, entre elas a de Luiz Inácio Lula da Silva (Santana, 2008). A narrativa de Idosa Atrevida evidencia como mulheres desempenharam papel fundamental nas redes de solidariedade que sustentaram as greves, ainda que esse papel seja frequentemente invisibilizado nos relatos históricos sobre o período. É significativo que, entre as participantes idosas, sejam os movimentos amplos de resistência à ditadura (greves, organizações ligadas à igreja progressista, movimentos

estudantis) os espaços de sociabilidade política mais vividamente narrados, e não os coletivos lésbico-feministas, cujo papel histórico foi relevante mas cuja presença nas narrativas das participantes é menos marcante. Isso sugere que, para essas mulheres, o pertencimento político se construiu predominantemente em espaços de resistência ampla, onde a lesbianidade era uma dimensão da identidade que coexistia com outras formas de dissidência sem necessariamente constituir o eixo organizador principal.

A análise dos espaços de sociabilidade das idosas revela, portanto, uma configuração específica de pertencimento: imediato e corporalmente partilhado nos bares e boates lésbicas, politicamente articulado nos movimentos amplos de resistência à ditadura, e complementado, ainda que com menor centralidade nas narrativas, pelos coletivos lésbico-feministas. Esses espaços partilhavam uma característica comum: eram geograficamente localizáveis, socialmente reconhecíveis e ofereciam comunidade identificável, condições que tornavam o pertencimento relativamente imediato, ainda que sempre atravessado pelo risco (Pollak, 1992). É precisamente essa legibilidade coletiva que as idosas evocam com nostalgia: não o passado repressivo em si, mas a possibilidade de ser reconhecida como parte de uma comunidade sem ter que construir esse reconhecimento a cada nova relação. No presente, esse pertencimento se reconstitui através de ONGs, grupos de amizade e práticas de envelhecimento ativo, espaços multitemáticos que demandam agência continuada e construção deliberada onde antes havia, ao menos nos territórios lésbicos específicos, reconhecimento relativamente espontâneo (Fraser, 2006). A nostalgia, nesse sentido, não é rejeição do presente, mas expressão de uma diferença estrutural no modo como o pertencimento se organiza em cada momento histórico.

Essa distinção entre pertencimento espontâneo e pertencimento construído ativamente tem implicações que vão além da experiência individual das participantes. Ela sugere que o avanço nos direitos formais não produziu automaticamente novos espaços coletivos de reconhecimento equivalentes aos que existiam nos períodos anteriores. Essa tensão corresponde ao que Fraser (2006) distingue como duas dimensões não redutíveis uma à outra da justiça social: a redistribuição (que inclui a garantia de direitos) e o reconhecimento (que diz respeito à legitimação das identidades e à paridade de participação na vida social). Os espaços lésbicos concentrados dos anos 1970-1980 foram, em parte, produto da própria repressão: a necessidade de encontro num contexto hostil gerou territórios específicos de coexistência e resistência (Ire et al., 2019; Souza & Chacham, 2023). Com a dispersão da vida LGBTQIA+ em contextos de maior visibilidade formal, esses territórios se transformaram ou desapareceram, sem que espaços equivalentes de reconhecimento coletivo espontâneo os substituíssem (Facchini & França, 2009; Rios, 2022).

Para o grupo adulto, os espaços de sociabilidade e pertencimento são narrados de forma menos saliente e menos estruturante do que nas narrativas das idosas, diferença que é, ela mesma, dado analítico sobre como cada geração organizou seu pertencimento (Facchini & França, 2009; Quinalha, 2022). As adultas citam espaços coletivos significativos: Carla menciona grupos de amigos LGBTQIA+ formados na adolescência, onde podia "trocar ideias, ouvir músicas" e se encontrar mais plenamente consigo mesma, além de espaços políticos como o grêmio estudantil; Renata cita grupos ligados à música, movimentos políticos na área de saúde e assistência social e um grupo de amigas como espaço de sociabilidade afetivo-sexual; Rafaela menciona a mesma ONG frequentada pelas participantes idosas como um dos poucos espaços onde se sentiu verdadeiramente confortável. Esses espaços existem e têm importância nas trajetórias de cada uma, mas não constituem, nas narrativas das adultas, marcos coletivos equivalentes ao peso que o Ferro's Bar e a Perepepe têm para as idosas.

Essa diferença tem duas dimensões que não devem ser confundidas. A primeira é a ausência de espaços compartilhados entre si: as três adultas vieram de cidades diferentes e vivenciaram seus processos de construção identitária em contextos geográficos e sociais distintos, o que naturalmente impede a constituição de uma memória coletiva de lugares comuns (Pollak, 1992). A segunda, mais analiticamente relevante, é a menor centralidade dos espaços coletivos nas narrativas como um todo, independentemente de serem compartilhados ou não. Enquanto as idosas narram os espaços de sociabilidade lésbica como marcos definidores de suas trajetórias, as adultas constroem seus pertencimentos de forma mais individualizada, em torno de vínculos específicos e projetos particulares mais do que de territórios coletivos reconhecíveis. Essa configuração reflete tanto o momento histórico de maior visibilidade formal que caracterizou a juventude das adultas (Rios, 2022) quanto uma transformação mais ampla nas formas de organização da sociabilidade LGBTQIA+ ao longo das décadas (Facchini & França, 2009). Não se trata de ausência de pertencimento, mas de pertencimento que se constitui por vias mais dispersas, menos coletivamente ancoradas e menos imediatamente reconhecíveis como experiência geracional compartilhada.

### **3.3 Clivagens geracionais na construção da identidade**

O terceiro eixo temático examina como as condições históricas de cada período, os regimes discursivos disponíveis, os vocabulários de nomeação acessíveis e as pressões normativas operantes, produziram trajetórias de construção identitária marcadamente distintas entre os dois grupos geracionais.

Conforme argumentado na introdução a partir de Scott (1992), Foucault (1976/2009) e Butler (1990/2003), a experiência lésbica não é aqui tratada como vivência subjetiva anterior aos processos que a constituem, mas como efeito das condições históricas e discursivas de cada período. É a partir desse princípio que as diferenças entre os dois grupos geracionais são analisadas: não como variações individuais de trajetória, mas como expressões de regimes distintos de produção da subjetividade lésbica. Assim, a construção da identidade lésbica não é processo universal que se repete de forma equivalente em diferentes contextos históricos. Ela é condicionada pelo que está disponível em cada momento como vocabulário, referência e possibilidade de nomeação, e essas condições foram radicalmente distintas para os dois grupos geracionais deste estudo (Foucault, 1976/2009; Rich, 2010).

Como apresentado anteriormente, neste estudo o conceito de geração é mobilizada não como faixa etária demográfica, mas como conjunto de condições históricas que, vivenciadas em momentos específicos do curso de vida, produziram modos distintos de construir identidade, gerir visibilidade e narrar a experiência lésbica (Pollak, 1989, 1992; Tomizaki, 2010; Domingues, 2002). Essa clivagem não se explica apenas pela diferença de época, mas pela articulação entre os regimes de verdade disponíveis em cada período e o momento do curso de vida em que cada grupo vivenciou seus processos de construção identitária (Rios, 2022).

As idosas construíram suas identidades num contexto de patologização oficial, ausência de referências positivas e intensa pressão heteronormativa, o que produziu trajetórias marcadas pelo adiamento da nomeação e pela incorporação de critérios normativos que julgavam o próprio desejo como desvio (Foucault, 1976/2009; Rich, 2010). As adultas tiveram acesso a vocabulários identitários mais amplos e a contextos de maior visibilidade do movimento LGBTQIA+, mas enfrentaram outras configurações de pressão (familiar, religiosa, institucional) que produziram trajetórias mais individualizadas e heterogêneas entre si.

Para as participantes idosas, o processo de tornar-se lésbica ocorreu num contexto em que a homossexualidade era oficialmente patologizada, sem vocabulário positivo disponível para nomear o desejo por outras mulheres: as referências existentes eram médicas, criminais ou religiosas, todas organizadas em torno da ideia de desvio ou doença. Foucault (1976/2009) demonstra como dispositivos discursivos presentes em códigos médicos, pedagógicos e jurídicos estabelecem regimes de verdade sobre o "normal" e o "patológico", e é precisamente sob esse regime que as idosas deste estudo construíram suas identidades. Rich (2010) nomeia o mecanismo mais amplo que sustenta esse regime: a heterossexualidade compulsória, conjunto de pressões sociais, econômicas e políticas que impõem às mulheres a orientação heterossexual como destino natural, com a existência lésbica sendo apagada ou catalogada como doença.

Esse regime operava não apenas através de interdições explícitas, mas por meio do que Henning (2014, 2016) denomina teleologias heteronormativas: roteiros de vida lineares apresentados como único caminho legítimo para a vida adulta feminina, organizados em torno do casamento heterossexual e da maternidade como ritos inevitáveis. Idosa Atrevida explicita essa pressão ao descrever o que costumava ouvir: "Então, você vai se casar, quando você crescer, você vai ter filhos, uma vovó vai ser feliz, e a gente vai ouvindo tudo aquilo". A naturalização dessas expectativas desde a infância operava de forma a tornar impensáveis outras trajetórias, não pela proibição direta, mas pela ausência de qualquer outra possibilidade no horizonte de vida oferecido (Henning, 2014, 2016). Wittig (2002) analisa esse mecanismo como contrato heterossexual: estrutura de divisão hierárquica dos sexos na qual o relacionamento afetivo-sexual, especialmente o casamento, funciona como reforçador da subjugação feminina, tornando a heterossexualidade não apenas norma, mas condição de reconhecimento social.

O efeito mais visível desse regime sobre as trajetórias das idosas é o adiamento da nomeação, a distância temporal entre o reconhecimento do desejo e sua articulação como identidade lésbica. Idosa Atrevida engravidou jovem e casou-se com o pai de sua filha, compreendendo o que sentia por mulheres apenas na vida adulta. Sua trajetória ilustra o que Rich (2010) descreve como efeito concreto da heterossexualidade compulsória: o casamento heterossexual não como escolha livre, mas como percurso "natural" imposto pela ausência de outras possibilidades reconhecíveis. Sem linguagem disponível para nomear o que sentia, a própria percepção do desejo permanecia indistinta, amalgamada a afetos que o contexto não permitia articular como identidade (Foucault, 1976/2009). Maria situa seu processo de forma semelhante, afirmando que "naquela época eu não tinha me definido" ao narrar sua participação nos movimentos políticos do final dos anos 1960. A "definição" a que Maria se refere não é apenas autodeclaração: é o resultado de um processo que demandava condições de possibilidade específicas, entre elas o acesso a outras lésbicas, a espaços de reconhecimento mútuo e a vocabulários que permitissem nomear a experiência (Pollak, 1989).

A dimensão da linguagem como produto histórico aparece de forma analiticamente rica na diferença geracional quanto aos termos utilizados pelas participantes para nomear sua própria identidade. As idosas referem-se a si mesmas predominantemente como "entendidas", termo que circulava nos espaços de sociabilidade lésbica dos anos 1970 e 1980 como forma de reconhecimento entre pares sem acionar a exposição que outros termos trariam. O termo "sapatão", também presente nas narrativas das idosas, era vivenciado de forma ambivalente: Idosa Atrevida expressa seu descontentamento ao explicar sua origem e o que ele implicava ("E tava já sapatão por causa do chacrinha... a gente é mulher, de dia e de noite"), enquanto Bebel descreve o termo "lésbica" como "pesado". Já entre as adultas, o termo "lésbica" é usado de forma natural e sem constrangimento por Renata e Rafaela, enquanto Carla incorpora "sapatão" de forma descritiva e até bem-humorada. Essa diferença não é apenas vocabular: ela revela que as palavras disponíveis para nomear a identidade lésbica carregavam, em cada período, riscos e possibilidades distintos (Ire

et al., 2019). Como argumenta Souza (2020), "o nomear-se e o significar-se lésbica tornou-se meio de afirmação e enfrentamento na luta por direitos e pela ocupação de espaços sociais", o que pressupõe que esse nomear só se torna possível quando as condições históricas o permitem.

Quando o reconhecimento do desejo finalmente se articulou em relação concreta, a pressão normativa não cessou, ela se interiorizou. Como analisado na seção anterior, Maria descreve o início de sua relação com sua primeira namorada como marcado pela crença compartilhada de que "a gente estava em pecado". Esse estigma internalizado é produto direto do regime discursivo que patologizava e pecaminizava a homossexualidade (Pistella et al., 2022; Cuba, 2018; Souza & Souza, 2020). Para as idosas, portanto, o processo de constituição identitária envolveu não apenas resistência às pressões externas dos regimes discursivos dominantes, mas um trabalho de ressignificação dos próprios critérios incorporados com que haviam aprendido a reconhecer e julgar seu desejo.

A invisibilidade da existência lésbica como possibilidade produziu efeitos que ultrapassaram o grupo das idosas. Rafaela, pertencente ao grupo adulto, descreve o momento em que, aos 15 anos, encontrou numa obra literária uma referência que nomeava o que sentia: "Eu tinha 15 anos, quando eu li esse livro, eu falei, é isso. Vou inaugurar isso no mundo. Eu achei que não existia, nem sabia o que era". A expressão "inaugurar isso no mundo" é índice preciso do funcionamento da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010): a ausência de referências positivas produzia a sensação de que aquele desejo era singular, sem precedente, sem comunidade. Bebel descreve processo análogo ao narrar sua chegada a um bar lésbico pela primeira vez: "Então eu pensava eu sou doente, gostando de outra mulher. Mas, quando eu descobri, o primeiro lugar que fui, eu falei nossa, quanta gente doente que tem aqui, eu fui entendendo, sabe?". A ironia na fala de Bebel revela o mecanismo de desconstrução do estigma internalizado pelo contato com a coletividade: o encontro com outras lésbicas recolocava o problema (Martín-Baró, 1989). Se havia "tanta gente doente", a questão não era o desejo, mas o regime que o classificava como doença.

Esse trabalho de ressignificação se estendeu ao espaço do trabalho, onde a gestão da visibilidade impunha custos específicos. Maria descreve sua experiência no ambiente hospitalar:

No primeiro hospital que eu trabalhei o pessoal era muito homofóbico. Tinha o horário de tomar café e eu sempre procurava não ir quando eu via que ela (namorada) estava no refeitório, porque se a gente estivesse junto o pessoal começava a rir, fazer deboche. (Maria, 73 anos, grupo idosas)

A estratégia descrita por Maria (evitar a presença simultânea com a namorada num espaço compartilhado) é expressão do que Rich (2010) identifica como obrigação imposta à lésbica no ambiente de trabalho: ocultar não apenas seus relacionamentos, mas comportar-se como mulher heterossexual. Sedgwick (2007) analisa a experiência do armário como estrutura definidora da opressão da população LGBTQIA+, impondo dilema permanente entre a exposição (com seus riscos de discriminação e perda de emprego) e a ocultação (com seu custo em sofrimento e dificuldade de construir vínculos). Para Maria, esse dilema se resolveu pela ocultação ativa: reorganizar a própria rotina para que a relação não se tornasse visível. Esse tipo de gestão cotidiana da invisibilidade constitui dimensão da violência lesbofóbica frequentemente ausente das análises que focam apenas em eventos de violência explícita (Karpinski & Santos, 2019).

Para as participantes adultas, o contexto de construção identitária foi marcado por maior disponibilidade de vocabulários e referências positivas, em função tanto do avanço do movimento LGBTQIA+ quanto da descriminalização médica da homossexualidade que ocorreu durante suas infâncias. Isso não significou, no entanto, ausência de pressão normativa: ela assumiu formas distintas, predominantemente no espaço familiar e religioso, e produziu trajetórias marcadamente

heterogêneas entre si (Crenshaw, 2002). Essa heterogeneidade interna do grupo adulto não é ruído metodológico: ela é expressão de um contexto histórico que, ao oferecer mais possibilidades de nomeação e existência, produziu trajetórias mais individualizadas e menos moldadas por uma experiência coletiva comum (Rios, 2022).

Renata compreendeu sua sexualidade no período da faculdade, após se relacionar com homens e mulheres. Sua trajetória expressa uma forma de construção identitária que dificilmente teria sido possível para as idosas: a possibilidade de percorrer um processo de questionamento e experimentação sem que esse percurso fosse imediatamente enquadrado como patologia ou desvio. A maternidade, para Renata, foi realizada com sua ex-esposa como projeto deliberadamente construído, dimensão de agência que o contexto anterior às conquistas legislativas dos anos 2000 tornava significativamente mais difícil. Ao mesmo tempo, Renata descreve uma relação específica com a questão do "sair do armário": "Nos lugares onde eu ando, no meu trabalho, na minha caminhada, eu pude ser quem eu era sem necessidade de eu ter que marcar esse lugar". Essa perspectiva revela uma forma de gestão da visibilidade que não se organiza em torno da declaração explícita da identidade, mas da presença cotidiana sem ocultamento ativo (Sedgwick, 2007), posição que só se torna disponível num contexto de maior aceitação relativa.

Carla, que se entendeu lésbica na adolescência, vivenciou um processo de construção identitária marcado pela negociação simultânea com a família de origem e com espaços políticos de pertencimento. A ameaça de ser internada em hospital psiquiátrico pela irmã revela que a descriminalização médica formal da homossexualidade não eliminou, no âmbito das relações privadas, a lógica de patologização que havia orientado o regime oficial anterior. A família de origem funcionou, para Carla, como instância reguladora que reproduzia localmente o regime de verdade que as instituições médicas formalmente haviam abandonado (Foucault, 1976/2009; Souza & Souza, 2020). Butler (1990/2003) argumenta que a performance de gênero consiste em atos repetitivos que constituem e reforçam a identidade de gênero, e é precisamente a recusa a performar a feminilidade esperada que tornou Carla alvo de controle familiar. A dimensão simbólica de sua trajetória aparece em sua narrativa sobre a posse de Dilma Rousseff como primeira mulher eleita à Presidência da República do Brasil, em 2011:

Dia primeiro foi a posse da Dilma, primeira presidenta do país. Olha que maravilha que, durante muito tempo, foi chamada de sapatão, e que protagonizou uma cena histórica, porque ela vai para a posse sem homem, ela vai com a filha. Ela toma posse, faz desfile em carro aberto, com a filha dela, olha só de falar isso para você, me arrepiei de novo. Então, são duas mulheres, no carro presidencial, em desfile, no carro aberto, sabe? Mais simbólico, impossível, né? (Carla, 55 anos, grupo adultas)

A emoção de Carla diante da imagem de duas mulheres no carro presidencial sem a presença de uma figura masculina revela como a representatividade política opera sobre a construção identitária de mulheres lésbicas: não apenas como conquista abstrata de direitos, mas como produção de referências positivas de existência que o regime anterior sistematicamente negava (Fraser, 2006). É significativo que seja Carla quem narra esse momento com essa intensidade: ela vivenciou a construção de sua identidade num contexto em que a representatividade pública de mulheres e de identidades dissidentes era item de agenda política, dimensão que não estava disponível como referência para as idosas em suas juventudes.

Rafaela apresenta configuração distinta das demais adultas. Sua aparência física a torna facilmente legível como lésbica em espaços públicos, condição que coexiste paradoxalmente com a não-aceitação familiar que persiste mesmo quando todos conhecem sua sexualidade. A punição que sofria na infância por transgredir as expectativas de performance de gênero ("Quando minha mãe chegava em casa e eu estava na rua empinando pipa ou jogando bola, ela pegava um fio de ferro e

me batia") evidencia como as teleologias heteronormativas operavam através da regulação corporal desde a infância (Henning, 2014, 2016). Butler (1990/2003) analisa esses atos punitivos como mecanismos de reforço da performatividade de gênero: a punição da dissidência corporal não apenas corrige comportamentos, mas produz subjetividades que aprendem a se julgar a partir das normas que as excedem. Essa visibilidade não negociada constitui forma específica de exposição que difere tanto da ocultação estratégica das idosas quanto da abertura deliberada de Carla ou da presença cotidiana sem marcação de Renata (Crenshaw, 2002).

A análise comparativa das trajetórias de constituição identitária nos dois grupos revela diferenças que não se reduzem ao contexto histórico vivido na juventude, mas expressam regimes distintos de produção discursiva das condições nas quais a lesbianidade pôde ser reconhecida, nomeada e narrada. As idosas construíram suas identidades sob patologização oficial, ausência de vocabulário positivo e intensa pressão heteronormativa, o que produziu adiamento da nomeação, estigma internalizado e gestão cotidiana da invisibilidade como estratégia de sobrevivência. As adultas tiveram acesso a condições de possibilidade distintas (vocabulários mais amplos, referências positivas, conquistas legislativas) mas enfrentaram configurações de pressão que, deslocadas do espaço público para o espaço privado e familiar, produziram trajetórias marcadamente heterogêneas entre si. Essa heterogeneidade interna do grupo adulto, que contrasta com a maior homogeneidade das experiências narradas pelas idosas, é ela mesma expressão de um contexto histórico que, ao ampliar as possibilidades formais de existência, produziu trajetórias mais individualizadas e menos moldadas por uma experiência coletiva de repressão compartilhada (Rios, 2022; Fraser, 2006).

### **3.4 Reacionarismo e continuidades traumáticas**

As seções anteriores demonstraram como diferentes regimes político-morais produziram, para cada grupo geracional, modos específicos de narrar o medo, construir pertencimento e elaborar a identidade lésbica. Esta seção examina como o recrudescimento conservador dos últimos anos se articula a essas trajetórias, argumentando que ele não inaugurou uma era inteiramente nova de repressão, mas reativou estruturas de vulnerabilidade que nunca foram plenamente desativadas. Essa reativação opera de forma distinta nos dois grupos: para as idosas, ela atualiza ameaças já conhecidas corporalmente, conectando o presente a memórias inscritas no corpo desde a ditadura; para as adultas, ela acessa feridas relacionais e familiares ainda em processo de elaboração, cuja origem não está na repressão estatal, mas nas dinâmicas privadas que o conservadorismo contemporâneo relegitimou (Kehl, 2010).

A partir de meados dos anos 2010, os direitos conquistados pela população LGBTQIA+ passaram a ser sistematicamente atacados por movimentos reacionários que se capilarizaram pelas redes sociais. Segundo Balieiro (2018), adversários da inclusão do respeito à diversidade sexual e de gênero na agenda dos direitos humanos disseminaram pânico morais a partir da construção da ameaça às crianças, conseguindo barrar iniciativas de combate à homofobia nas escolas, impedir o uso do termo gênero nos planos educacionais e cercear mostras artísticas com o tema das sexualidades diversas. A estratégia central dessa mobilização foi a disseminação do pânico moral em torno da categoria acusatória "ideologia de gênero", narrativa criada e fortalecida pela igreja católica desde os anos 1990 e apropriada por políticos de extrema direita, evangélicos e ultraconservadores em toda a América Latina (Miskolci & Campana, 2017; Junqueira, 2018). Esse contexto culminou, no Brasil, na eleição de Jair Bolsonaro como presidente (2019-2022), e seus efeitos sobre a violência concreta contra a população LGBTQIA+ foram analisados na seção 3.1. O que importa examinar aqui é como esse contexto se articula às trajetórias específicas de cada grupo

geracional, reativando vulnerabilidades que as conquistas legislativas dos anos 2000 e 2010 haviam atenuado sem eliminar (Miskolci & Balieiro, 2023).

Para as participantes idosas, o conservadorismo contemporâneo reativou uma memória corporal já inscrita. Bebel descreve o medo de frequentar espaços públicos no presente ("tenho receio de sentar nesse bar, de um louco passar dando tiro") numa estrutura narrativa que ecoa diretamente sua experiência das operações policiais da ditadura: o corpo lésbico no espaço público nunca esteve plenamente seguro, e o presente reacende essa insegurança sem inaugurá-la. O que muda não é a natureza da ameaça, mas sua fonte e sua forma: na ditadura, a violência era estatal e institucionalizada; no presente, ela é difusa, legitimada por discurso político que autoriza civis a agirem como agentes de uma moralidade que o Estado representa. Pollak (1989) argumenta que memórias de períodos repressivos guardam marcas que permanecem latentes e podem ser reativadas quando o contexto político as torna novamente relevantes: é precisamente esse mecanismo que opera nas narrativas das idosas sobre o presente conservador.

Há, no entanto, uma dimensão adicional nas narrativas das idosas que complexifica a ideia de reativação. Bebel menciona também o impacto do conservadorismo no interior das relações familiares: "Na minha família tem um monte de bolsonaristas, parece que é o ódio no olhar da pessoa quando eles falam". Essa fala revela que a reativação não opera apenas no espaço público, mas penetra nos vínculos mais próximos, tornando hostis relações que antes eram, ao menos, silenciosamente tolerantes. Para as idosas, que construíram suas estratégias de sobrevivência em torno de uma separação relativamente estável entre espaços de ocultamento (família, trabalho) e espaços de reconhecimento (bares lésbicos, redes de amizade), esse apagamento da fronteira entre os dois constitui desestabilização específica: não apenas o espaço público se torna novamente ameaçador, mas os espaços privados, antes gerenciáveis pelo silêncio, passam a ser atravessados por hostilidade explícita (Sedgwick, 2007; Pollak, 1989).

Para as adultas, o mecanismo de reativação é estruturalmente distinto. Como demonstrado na seção 3.1, Rafaela descreve como o discurso político conservador não criou a lesbofobia de sua família, mas forneceu vocabulário e legitimação renovados para que ela se explicitasse novamente, acessando especificamente a memória do confinamento religioso que viveu na adolescência. Essa estrutura de reativação, em que o presente acessa feridas biográficas concretas nunca plenamente elaboradas, conecta-se ao que Kehl (2010) identifica como tendência à repetição do trauma não simbolizado: violências que não foram reconhecidas nem pelas narrativas oficiais nem pelos próprios movimentos de direitos humanos produzem camadas adicionais de silenciamento que amplificam os impactos psicossociais originais. Para Rafaela, o conservadorismo contemporâneo não é apenas contexto político externo: ele é gatilho biográfico específico.

As falas de Bebel e Rafaela, analisadas nas seções anteriores, evidenciam a diferença estrutural nas formas de reativação entre os grupos. Bebel narra a continuidade traumática a partir do espaço público: o corpo lésbico que não pôde andar livremente na ditadura continua não podendo andar livremente no presente, e a família hostil constitui extensão dessa ameaça ao espaço que deveria ser mais seguro. Rafaela narra a reativação a partir do espaço relacional: não é o espaço público que se torna novamente perigoso, mas o vínculo familiar que se rompe, e esse rompimento acessa uma ferida biográfica anterior ao próprio Bolsonaro. Ambas as estruturas confirmam o argumento central deste estudo: o conservadorismo contemporâneo não produziu vulnerabilidades novas, mas reconfigurou e reativou vulnerabilidades que as conquistas legislativas dos anos 2000 e 2010 haviam atenuado sem eliminar (Fraser, 2006).

Essa constatação tem implicação teórica importante para a compreensão das clivagens geracionais identificadas ao longo deste estudo. A análise das quatro dimensões examinadas revela que as diferenças entre os grupos não se organizam numa escala linear de progresso, em que as adultas simplesmente teriam condições melhores que as idosas. O que os dados mostram é mais complexo: cada grupo acumulou formas específicas de vulnerabilidade e de resistência, moldadas pelos regimes político-morais de sua juventude, que o presente conservador reativa de maneiras distintas. As idosas chegam ao presente com memórias corporais de repressão estatal direta e com estratégias de pertencimento construídas sob esse regime, que o contexto atual desestabiliza ao reintroduzir ameaças no espaço público e ao tornar hostis os silêncios que antes eram gerenciáveis. As adultas chegam ao presente com trajetórias mais individualizadas e com feridas relacionais e familiares que o discurso conservador relegitima e reacende, sem que haja, para muitas delas, a mesma memória de pertencimento coletivo que as idosas acessam como recurso de resistência (Martín-Baró, 1989; Pollak, 1992).

A análise das narrativas das participantes evidencia, por fim, que os retrocessos políticos não são abstrações: eles se materializam em medo de sentar num bar, em rompimentos de vínculos familiares, em memórias reativadas de confinamentos religiosos e em hostilidades que atravessam os espaços mais íntimos da vida cotidiana. Ao mesmo tempo, as trajetórias dessas mulheres revelam formas de resistência distintas em cada geração: as idosas resistem pela construção ativa de pertencimentos alternativos e pela memória coletiva de um passado que sobreviveu a contextos ainda mais repressivos; as adultas resistem pela negociação cotidiana de visibilidades fragmentadas e pela afirmação de existências que o presente tenta, sem pleno sucesso, fazer recuar. Essas formas de resistência, produzidas em condições históricas distintas, constituem o legado político e subjetivo que conecta as trajetórias dessas mulheres às gerações futuras (Silveira-Barbosa & Silveira de Oliveira, 2023).

#### **4 Considerações finais**

Este estudo demonstrou que os diferentes regimes político-morais pelos quais o Brasil passou (da ditadura militar ao conservadorismo contemporâneo) não apenas condicionaram externamente as possibilidades de existência de mulheres lésbicas, mas também produziram modos distintos de narrar a lesbianidade no cotidiano e de gerir a visibilidade em diferentes espaços da vida.

A análise comparativa entre dois grupos geracionais revelou que essas diferenças não se explicam apenas pelo momento histórico vivido na juventude, mas pela articulação entre esse passado e o presente de cada grupo. As mulheres mais velhas narram o pertencimento a partir de espaços coletivos de sociabilidade hoje percebidos como transformados, constroem o medo através da contenção e da naturalização retrospectiva da violência, e vivenciaram o tornar-se lésbica sob patologização oficial e ausência de vocabulário positivo. As adultas descrevem configurações de visibilidade fragmentada, nas quais a abertura sobre a sexualidade coexiste com vulnerabilidades persistentes que migram de espaço (do trabalho à família de origem, do corpo ao vínculo afetivo), e narram o medo como algo reativável pelo presente, acessado por discursos políticos que atingem feridas biográficas específicas ainda não plenamente elaboradas. Em ambos os grupos, o conservadorismo contemporâneo não inaugurou vulnerabilidades novas, mas reativou estruturas que as conquistas legislativas dos anos 2000 e 2010 haviam atenuado sem eliminar, operando de forma distinta em cada geração: reativando memórias corporais inscritas desde a ditadura nas idosas, e acessando feridas relacionais ainda em elaboração nas adultas. Argumentou-se, por fim, que a conquista de direitos formais não substituiu, para nenhum dos grupos, formas mais profundas de reconhecimento e pertencimento, produzindo assimetrias não apenas entre grupos etários, mas também no interior do grupo de mulheres adultas.

A contribuição teórica central deste estudo reside em três articulações analíticas. A primeira é a distinção entre pertencimento espontâneo e pertencimento construído ativamente, revelando que o avanço em direitos formais não produziu automaticamente formas equivalentes de reconhecimento coletivo vivido (Fraser, 2006). A segunda é a demonstração de que geração deve ser tratada analiticamente como regime de socialização política e não apenas como faixa etária, pois as clivagens geracionais se explicam pela articulação entre passado e presente de cada grupo (Pollak, 1992). A terceira é a identificação de que o conservadorismo contemporâneo opera sobre grupos geracionais distintos por mecanismos diferentes (reativação de memória corporal nas idosas e de feridas relacionais nas adultas), o que tem implicações diretas para respostas institucionais e clínicas (Kehl, 2010; Martín-Baró, 1998).

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos achados. O número reduzido de participantes não permite generalizações sobre a população de mulheres lésbicas com mais de 50 anos no Brasil, sendo os resultados mais adequadamente compreendidos como análise em profundidade de trajetórias específicas. A concentração geográfica no Sudeste metropolitano limita a compreensão de experiências em contextos regionais distintos.

A predominância de participantes brancas e de classe média na amostra reflete, como discutido na seção de participantes, não apenas uma limitação de acesso, mas uma configuração histórica mais ampla: o movimento lésbico brasileiro dos anos 1970 e 1980 foi predominantemente branco e de classe média, com as trajetórias de lésbicas negras permanecendo invisibilizadas tanto nos movimentos sociais quanto na produção acadêmica (Nogueira, 2021; Facchini & França, 2009). As memórias coletivas que este estudo acessou são, portanto, necessariamente as memórias de quem teve acesso aos espaços organizados de militância e sociabilidade lésbica, espaços que operavam sua própria exclusão racial e classista (Ire et al., 2019). Essa limitação tem implicação direta sobre os achados: as clivagens geracionais identificadas descrevem trajetórias de mulheres lésbicas brancas e urbanas de classe média, e não podem ser generalizadas para grupos cujas experiências foram duplamente silenciadas, pela lesbofobia e pelo racismo (Collins & Bilge, 2015; Crenshaw, 2002).

As implicações contemporâneas situam-se em três planos. No plano acadêmico, os achados indicam a necessidade de pesquisas longitudinais sobre envelhecimento LGBTQIA+ no Brasil, com maior diversidade racial, regional e de classe. No plano das intervenções em saúde, os dados sugerem que serviços voltados a lésbicas idosas precisam considerar as especificidades de uma geração que construiu suas estratégias de sobrevivência sob intensa repressão e que é afetada pelo conservadorismo contemporâneo de maneiras que reativam memórias de longa data (Dantas, 2021; Souza & Chacham, 2023). No plano das políticas públicas, os achados reforçam que direitos formais são insuficientes para produzir reconhecimento e pertencimento: políticas de envelhecimento LGBTQIA+ precisam considerar as dimensões coletivas e relacionais do bem-estar, e não apenas as garantias individuais de não-discriminação (Fraser, 2006).

Compreender como diferentes regimes político-morais moldaram as trajetórias de mulheres lésbicas é, em si, contribuição política: torna visível o que foi sistematicamente apagado e oferece subsídios para que as respostas institucionais ao envelhecimento LGBTQIA+ sejam construídas a partir das experiências concretas dessas mulheres, e não apenas das conquistas formais que as cercam.

## Bibliografía

Agência Brasil (2023). *Casamentos homoafetivos no Brasil aumentam 149% em nove anos*. In <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/casamentos-homoafetivos-no-brasil-aumentam-149-em-nove-anos>. Accedido el 10 de febrero de 2026.

Almeida, F. G. (2024). *Quantas vezes morremos? História oral, memória e narrativas de negras lésbicas da Coletiva Luana Barbosa* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-08102025-104054/pt-br.php>.

Balieiro, F. F. (2018). Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, 53: e185306.

Bosi, E. (1987). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. Edusp.

Bosi, E. (2003). *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. Ateliê Editorial.

Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

Brasil. Supremo Tribunal Federal (2011). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/RJ e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília: STF.

Braun, V. & Clarke, V. (2021). *Thematic analysis: a practical guide*. SAGE: London.

Caproni Neto, H. L. & Bicalho, P. P. G. (2017). Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em Juiz de Fora. *HOLOS*, 4, 249–265. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5871>.

Collins, P., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidades*. Boitempo.

Conselho Nacional de Justiça (2013). *Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013*. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Diário da Justiça Eletrônico: Brasília.

Costa, M. S. C. & Holanda, V. C. C. (2021). História de vida e método autobiográfico – uma nova perspectiva de formação – a autoformação. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, 3(2): e324380.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1): 171-188.

Cuba, L. (2018). La construcción de la identidad lesbiana en el marco de familias heteronormativas en Lima Metropolitana. *Debates en Sociología*, (46), 33-61.

Dantas, A. J. L. (2021). Narrativas de histórias de vida de idosas lésbicas: Interseccionalidade entre velhice, gênero e sexualidade. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará.

Dias, B. de O., Santos, J. N., Jordão, L. R., Teodoro, S. de A. C., Paixão, S. de O., & Gracio, A. L. R. (2025). Invisibilidade lésbica na saúde: a influência da heteronormatividade compulsória nos cuidados em enfermagem. *REVISTA DELS*, 18(68), e5526. <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n68-094>

Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, 14(1): 67-89.

Facchini, R. & França, I. L. (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 3: 54-81.

*Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*  
<https://doi.org/10.46661/relies.13222>

Fernandes, M. (2014). Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade, em Green, J. N. & Quinalha, R. (Orgs.), *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. Ed. UFSCar: São Carlos: 125-148.

Fernandes, M., Soler, L. D. & Leite, M. C. B. P. (2018). Saúde das mulheres lésbicas e atenção à saúde: nem integralidade, nem equidade diante das invisibilidades. *Boletim do Instituto de Saúde — BIS*, 19(2), 37–46. DOI: <https://doi.org/10.52753/bis.2018.v19.34590>

Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(47): 29-60.

Firmino, C. R., & Matias, K. D. (2024). *Violências contra mulheres lésbicas*. Terra sem Amos.

Fonseca, I. dos S., & Guedes, L. M. M. (2024). O papel dos movimentos estudantis no Brasil durante o processo de redemocratização (1979 a 1985): Uma revisão da literatura. *Revista Campo da História*, 9(2), e225. <https://doi.org/10.55906/rcdhv9n2-001>

Foucault, M. (2009). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (19ª ed.). Graal: Rio de Janeiro. (Obra original publicada em 1976).

Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. (J. A. Simões, Trad.). *Cadernos de Campo*, 14/15: 231-239.

Gimeno, B. (2005). *Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación*. Editorial Gedisa: Barcelona.

Henning, C. E. (2014). *Paizões, tiozões, tias e cacuras: Envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp.

Henning, C. E. (2016). A velhice é sempre heterossexual e cisgênero? A Gerontologia LGBT e a formação dos idosos LGBT. *Vibrant*, 13(1), 132-154.

IPEA & FBSP (2024). Violência contra a população LGBTQIAPN+, em *Atlas da Violência 2024*. FBSP: São Paulo: 60-104

Ire, B., Silva, C. D. & Lenzi, M. H. (2019). Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção, em Wolff, C. S., Zandoná, J. & Mello, S. C. (Orgs.), *Mulheres na luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Appris: Curitiba: 189-212.

Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": A emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43): 449-502.

Karpinski, M., & Santos, K. A. dos (2019). Discursos de violência contra mulheres LBT. *PSI UNISC*, 3(2), 55-71.

Kehl, M. R. (2010). Tortura e sintoma social, em Teles, E. & Safatle, V.(Orgs.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Boitempo: São Paulo: 123-132.

Lima, L. F. & Saldanha, A. A. W. (2020). (In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas. *Psicol. cienc. prof.* 40.

Mannheim, K. (1993). El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 62(93), 193-242.

Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: Psicología social desde Centroamérica II*. UCA Editores: San Salvador.

*Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*  
<https://doi.org/10.46661/relies.13222>

- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideología y violencia*. Trotta: Madrid.
- Martins, L. B. (2021). Em busca das lésbicas na produção acadêmica: Gênero, feminismos e Ensino Superior. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Martínez Rodas, A. M., Torres Tavera, M. O., Arias Fornara, M. V., & la Luz Baquete, M. (2024). Historias infames, historias hermosas de gays y lesbianas en Uruguay: Cambios y continuidades en el estigma de la homosexualidad. *RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, (11), 22-39.
- Miskolci, R. & Balieiro, F. F. (2023). The moralization of politics in Brazil. *International Sociology*, 38(4): 480-496.
- Miskolci, R. & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3): 725-748.
- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G. & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: A exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2): 466-485.
- Nogueira, N. C.. (2021). Lésbicas negras em movimento. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), e82642. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382642>
- Passeggi, M. C. (2021). Reflexividade narrativa e poder auto(trans)formador. *Revista Práxis Educacional*, 17(44): 93-113.
- Pistella, J., Rosati, F., & Baiocco, R. (2022). Feeling safe and content. *Journal of Lesbian Studies*, 27(1), 41-59.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3): 3-15.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10): 200-212.
- Quinalha, R. (2021). *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT (1964-1988)*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica: Belo Horizonte.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5: 17-44. (Obra original publicada em 1980).
- Rios, R. R. (2022). Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. *Revista de Investigações Constitucionais*, 9(3): 659-680.
- Risk, E. N., Piran, M., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2023). Relações afetivo-sexuais: Concepções e representações de jovens universitários de classes médias. *Psico*, 54(1), e39108. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39108>
- Roseno, C. P. (2022). *Trajetórias de professoras lésbicas na educação básica: Saberes docentes como resistência*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Rovai, M. G. O. (2020). "A gente é pessoa!": narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, 12(29): e0105.

- Rodrigues, R. C., Veras, E. F. & Schmidt, B. B. (2021). *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. Letra e Voz: Porto Alegre.
- Sanches, S. R. S. (2018). Antigamente essas coisas não existiam: Pensando a invisibilidade lésbica a partir da história de vida de uma mulher mais velha autodenominada homossexual no interior da Bahia. Comunicação apresentada ao *Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)*, Salvador, 4 a 7 de dezembro de 2018.
- Santana, M. A. (2008). Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade (UFSC)*, 7(13), 279-309.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91): 361-378.
- Scott, J. W. (1992). Experience. In J. Butler & J. W. Scott (Eds.), *Feminists theorize the political*, Routledge, 22-40.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, (28), 19-54.
- Silva, A. N. & Gomes, R. (2021). Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(supl. 3), 5351–5360. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.34542019>
- Silveira-Barbosa, P. & Silveira de Oliveira, A. (2023). Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB): o "levante da memória" e a construção de uma rede dissidente. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 9(4). DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v9i4.55333>
- Souza, M. C. G. (2020). *Identidade, sexualidade e gênero: Uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Repositório BC UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10650>
- Souza, M. C. N. de, & Souza, M. L. de (2020). A igreja católica te condena, a igreja evangélica te condena. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*, 11(1), 9-23.
- Souza, J. A. & Chacham, A. (2023). O processo de envelhecimento e as redes de sociabilidade lésbica na cidade de Belo Horizonte entre os anos 1970 e 2000: a potência dos vínculos de amizade se materializando em saúde. *VirtuaJus*, 8(15): 78-92.
- Tomizaki, K. (2010). Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educação & Sociedade*, 31(111): 327-346.
- Wittig, M. (2002). *The straight mind and other essays*. Beacon Press. (Trabalho original publicado em 1992).